



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2014

(Do Sr. Duarte Nogueira)

Solicita seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Alberto Machado Figueiredo, para prestar esclarecimentos sobre a forma como vem conduzindo o Itamaraty em relação à crise na Venezuela, notadamente sobre a reunião oficiosa que manteve com o Ministro de Relações Exteriores daquele país à 00:00 h do dia 28 de fevereiro de 2014.

Senhor Presidente,

Requeiro que Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, convoque o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Alberto Machado Figueiredo, para prestar esclarecimentos sobre a forma como vem conduzindo o Itamaraty em relação à crise na Venezuela, notadamente sobre a reunião oficiosa que manteve com o Ministro de Relações Exteriores daquele país à 00:00 h do dia 28 de fevereiro de 2014.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

No dia 28 de fevereiro de 2014, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Machado Figueiredo, recebeu em sua residência, por volta 00:00 h, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Elías Jaua, conforme noticiado pela Broadcast da Agência Estado (AE News) às 12:52 do mesmo dia:

“ Broadcast da Agência Estado

28/02/2014 12:52:10 - AE NEWS

CHANCELER VENEZUELANO PEDE APOIO AO BRASIL PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA UNASUL

Brasília, 28/02/2014 - O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Elías Jaua, pediu ao Brasil apoio para a realização de um encontro extraordinário da União de Nações Sul-americanas (Unasul). Depois de chegar a Brasília perto da meia-noite, Jaua se reuniu com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, na residência oficial do Itamaraty por cerca de uma hora.

A Venezuela vê a reunião da Unasul como uma forma de contrabalançar o encontro do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), que deveria acontecer hoje em Washington, chamada pelo Panamá, mas foi cancelada. Jaua percorreu Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai, antes de vir ao Brasil, para apresentar a versão do governo venezuelano sobre a crise.

"A Unasul tem sido um mecanismo muito eficiente de solução de conflitos na nossa região, maior que outras organizações que não demonstraram, ao longo da história, a mesma capacidade de desativar rapidamente as tentativas de agressão à democracia", justificou Jaua. "Queremos seguir enviando a mensagem que na região sul-americana não há espaço para atalhos violentos, que nenhum grupo pode fingir o desconhecimento da Constituição para chegar ao poder por outra via que não a democrática".

O chanceler venezuelano vai ao Suriname, que ocupa nesse momento a presidência da Unasul, para pedir a convocação oficial da reunião do bloco. A hipótese de um encontro extraordinário já havia sido levantada por outros membros, mas o Brasil foi um dos que ajudou a derrubar a ideia, que considerou desnecessária. O fato da própria Venezuela pedir o encontro muda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

a situação.

Jaua entregou a Figueiredo um relatório, apresentado também durante a entrevista, em que demonstra as ações dos grupos oposicionistas, a quem acusa de fomentar a violência. O texto, chamado de "Um Golpe de Estado em Desenvolvimento - Violência de Grupos Fascistas" inclui fotos de cartazes convocando pessoas a "matar um chavista" e de bonecos enforcados representando dirigentes chavistas.

"O chanceler nos recebeu à meia-noite na sua residência e ficamos conversando muito tempo. Entregamos a ele o informe completo com os antecedentes e as causas dessa nova agressão à democracia e à paz do povo venezuelano", afirmou Jaua. Perguntado sobre a reação do Brasil, disse apenas que o país já tinha se manifestado através da nota da Unasul.

O chanceler fez questão de destacar que os conflitos não são generalizados. Afirmou que, dos 350 municípios venezuelanos, apenas em 18 têm ocorrido manifestações. Jaua defendeu a ação do governo, alegando que apenas reagiu a ações de grupos de oposição, e afirmou que não é razoável que um governo eleito com 51% dos votos passe a ser atacado, a partir de 23 de janeiro, por grupos que pedem a saída do presidente. O ministro ainda negou que os protestos tenham origem nos problemas econômicos da Venezuela e na escassez de alimentos. "A natureza dessa violência não se sustenta nos problemas sociais, mas em natureza política e ideológica dessa corrente de pensamento neofascista", disse.

Jaua ainda garantiu que o governo venezuelano continua com "mão estendida" para o diálogo, apesar dos problemas na conferência de paz realizada ontem em Caracas. Os principais representantes da oposição, como Henrique Capriles, não participaram. Segundo o chanceler, por "temor de linchamento midiático e temor de setores mais extremistas da oposição".

O chanceler também foi indagado sobre a possibilidade da instalação de uma base militar russa em diversos países, entre eles a Venezuela, como foi anunciado pelo governo de Vladimir Putin. Jaua negou, afirmando que a Constituição do país proíbe a instalação de bases militares de outros países dentro da Venezuela. (Lisandra Paraguassu)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A reunião na casa do Ministro Luiz Alberto Figueiredo, de acordo com a Agência Estado, teria sido para que o Ministro Venezuelano pedisse o apoio do Estado do Brasil para a realização de uma reunião extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

A finalidade dessa reunião oficiosa e informal seria, conforme a Agência Estado, proporcionar à República Bolivariana da Venezuela “uma forma de contrabalançar o encontro do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA)”.

A posição do Brasil sobre o conflito na Venezuela não deixa de inspirar cuidados.

Os esclarecimentos a serem prestados pelo Ministro das Relações Exteriores são fundamentais para saber quais os compromissos assumidos pelo representante do governo brasileiro em reunião informal e de emergência.

Diante do acima exposto e da competência do Congresso Federal para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta” (art. 49, X, da Constituição Federal), entendemos que o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Luiz Alberto Machado Figueiredo, nesta Comissão, é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos.

Sala da Comissão, em 28 de fevereiro de 2014.

Deputado Duarte Nogueira
PSDB/SP